PLANO DE USO PÚBLICO
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Itaituba/PA

2022

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Álvaro Pereira Leite

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Marcos de Castro Simanovic

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Luís Gustavo Biagioni

Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CCGEUP

Danielli Roig Fernandes

Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo – COEST

Roberta Rayane da Cunha Barbosa

Chefia da Unidade

Bruno Rafael Miranda Matos – Coordenador da UNA/Itaituba

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Supervisão COEST:

Danielle Chalub Martins – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Allan Crema – Analista Ambiental da COEST/ICMBio

Coordenação Local:

Gleison Magalhães Freitas – Analista Ambiental do SETEC II da UNA/Itaituba

Lívia Haubert Ferreira Coelho – Chefe do SETEC II da UNA/Itaituba

Colaboração

Adriano José Barbosa Souza – Analista Ambiental da DPRO/ICMBio

Maria Jociléia Soares da Silva – Analista Ambiental da COMAN/ICMBio

Rodrigo Bacellar Mello – Analista Ambiental da REBIO União

Serena Reis – Analista Ambiental da COEST/ICMBio

Contribuições

Darleide Oliveira Araújo – Brigadista da UNA/Itaituba

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO 7
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UC 7
2.2. O USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA 8
2.3. O ÍNDICE DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA (IAT) 11
2.4. MAPEAMENTO DE ATRATIVOS DE VISITAÇÃO NA UC 12
3. PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA 19
3.1. VISÃO DE FUTURO 19
3.2. O ROL DE OPORTUNIDADES DE VISITAÇÃO NO PAARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA 20
3.2.1. CLASSE PRÍSTINA 21
3.2.2. CLASSE NATURAL 21
3.2.3. CLASSE SEMINATURAL 22
3.2.4. CLASSE RURALIZADA 23
3.3. ANÁLISES DE FORTALEZAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS PARA A VISITAÇÃO 24
4. AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO USO PÚBLICO 26
4.1. AÇÕES PARA A DIVERSIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE VISITAÇÃO 26
4.2. AÇÕES PARA INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO DA UC 29
4.3. AÇÕES COMPLEMENTARES À IMPLEMENTAÇÃO DO USO PÚBLICO 30
5. OPORTUNIDADES PARA A DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS E OFERTA DE NOVAS ATIVIDADES ... 31
6. ORIENTAÇÕES PARA O MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO 33
7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO COMPLEMENTARES AO PUP 33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Número de visitas ao Parque Nacional da Amazônia entre 2006 e 2019. 10
Figura 2- Pontuação por atributos internos e externos da UC, conforme resultados do IAT para o Parque Nacional da Amazônia. 11
Figura 3 - fatores relacionados à disponibilidade de recursos humanos e financeiros, assim como de infraestruturas, e ações propostas para minimizar as fraquezas e potencializar as fortalezas mapeadas. 24
Figura 4 - fatores relacionados aos limites atuais do Parque Nacional da Amazônia e a seus instrumentos de planejamento e gestão (plano de manejo e conselho consultivo), e as respectivas ações propostas para minimizar fraquezas e potencializar fortalezas. 24
Figura 5- fatores relacionados à segurança dos visitantes no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para minimizar fraquezas e fortalecer oportunidades. 25
Figura 6- fatores relacionados às infrações ambientais, ocupações irregulares e regularização fundiária no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para minimizar fraquezas e ameaças e potencializar oportunidades. 25
Figura 7- fatores relacionados à inexistência de secretarias de turismo nos municípios da região de integração do tapajós e à importância da participação do entorno nesse processo e ações propostas para minimizar ameaças e fortalecer oportunidades. 25
Figura 8- fatores relacionados às oportunidades de visitação, à preservação e às diretrizes para visitação no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para potencializar as fortalezas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ações propostas para acesso, receptivo, alimentação e hospedagem..... 26
Quadro 2- Ações propostas para implementação de atividades terrestres. 27
Quadro 3- Ações propostas para implementação de atividades aquáticas. 28
Quadro 4- Ações propostas para implementação da interpretação ambiental..... 29
Quadro 5- Ações propostas para a integração com o entorno do Parque Nacional da Amazôni 30
Quadro 6- Ações complementares de prioridade alta para a implementação do uso público.... 30
Quadro 7- Ações complementares de prioridade média para a implementação do uso público 30
Quadro 8- Ações complementares de prioridade baixa para a implementação do uso público . 31
Quadro 9- Estudos e projetos complementares subsidiários à implementação do uso público no Parque Nacional da Amazônia 31
Quadro 10- Oportunidades para delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Amazônia 32
Quadro 11- Oportunidades para oferta de novas atividades no Parque Nacional da Amazônia. 32
Quadro 12- Instrumentos complementares à implementação do uso público no Parque Nacional da Amazônia 34

1. APRESENTAÇÃO

O plano de uso público é um plano específico dentro do portifólio que compõe o plano de manejo da unidade de conservação, conforme disposto na Instrução Normativa n° 07/2017 e Portaria n° 1.163/2018, que respectivamente estabelecem diretrizes e procedimentos e aprova o roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo. Assim, quando o plano de uso público é aprovado passa a compor o plano de manejo da unidade de conservação.

Segundo a definição adotada pelo ICMBio, o Plano de Uso Público (PUP) é definido como um "*documento técnico não-normativo e essencialmente programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação na unidade de conservação"*. Conforme a Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais, o PUP pode ser complementado por instrumentos de gestão do uso público tais como: programa de interpretação ambiental, programa de monitoramento da visitação, protocolo operacional de visitação, protocolo de gestão de segurança, projeto de manejo de trilhas, projeto de sinalização, edital de credenciamento, autorizações e contrato de concessão, que após aprovados, são automaticamente incorporados ao portifólio do PUP.

Para a construção deste documento foi realizada a Oficina de revisão do plano de uso público do Parque Nacional da Amazônia entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2020, na cidade de Itaituba/PA, que foi viabilizada mediante recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O evento contou com a participação de 21 atores-chave dentre integrantes do conselho consultivo da UC, representantes de comunidades do entorno do parque, servidores do ICMBio, representantes de órgãos estaduais e municipais, organizações não-governamentais e empresas do setor de turismo. As atividades foram conduzidas por servidores do ICMBio, que utilizaram diferentes métodos participativos ao longo da oficina.

A revisão do plano de uso público foi orientada no sentido de aprimorar e diversificar as oportunidades de visitação no Parque Nacional da Amazônia, buscando também melhorar a conectividade entre os atrativos de interesse e a infraestrutura disponível à visitação, assim como acolher a demanda de integração do parque com as comunidades do seu entorno, assim como sua participação no planejamento do uso público da unidade.

Apesar do presente Plano já prever atividades e serviços nas diferentes áreas de visitação do parque, este não teve a intenção de ser exaustivo. Neste contexto, outras iniciativas que estejam em consonância com o zoneamento e as normas e alinhadas com as classes de experiência planejadas para os atrativos e áreas de visitação da unidade, são passíveis de avaliação mediante a apresentação de projetos específicos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UC

O Parque Nacional da Amazônia foi criado pelo Decreto nº 73.683 de 19 de fevereiro de 1974, com área superior a 1 milhão de hectares. À época, o parque ficou sob gestão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Com a extinção do IBDF e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989, a gestão do parque ficou sob responsabilidade desta autarquia até 2007. Finalmente, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a respectiva competência de gestão de unidades de conservação federais atribuídas a esta autarquia, a gestão do Parna da Amazônia passou a ser realizada pelo ICMBio a partir de agosto de 2007 e persiste até os dias atuais.

O Parque Nacional da Amazônia está localizado no sudoeste do Estado do Pará, sendo que a maior parte do seu território está nos municípios de Itaituba e Aveiro, e uma menor porção no município de Maués, no Estado do Amazonas, na região do interflúvio dos rios Tapajós e Madeira. Está próximo à confluência das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) com a BR-230 (Transamazônica) e por cerca de 130km a rodovia Transamazônica tem passagem no seu interior. Seu território é parcialmente sobreposto à Terra Indígena Andirá Marau. Nos seus limites imediatos existem outras unidades de conservação federais, como a Floresta Nacional do Pau Rosa, a Floresta Nacional do Amana, e entorno próximo a Floresta Nacional de Itaituba II (localizada na margem oposta do rio Tapajós) e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, assim como cinco projetos de desenvolvimento sustentável criados pelo INCRA e comunidades.

O Parque Nacional da Amazônia caracteriza-se pela diversidade de seus ambientes naturais. Dentre as fitofisionomias preservadas pela UC, incluem-se: Floresta Ombrófila Densa Submontana com dossel emergente, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas com dossel emergente, Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós e a Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras. Em se tratando de recursos hídricos, o parque abriga várias áreas de nascentes e protege importantes cursos d'água como os rios Urupadi, Mamuru e Mariaquã e os igarapés do Tracoá, Montanha e Mambuaí. Ademais, por sua localização, o parque protege e permite o acesso às praias e corredeiras do rio Tapajós.

Outra característica marcante refere-se à ampla biodiversidade, que inclui espécies raras, endêmicas e protege cerca de 25 espécies ameaçadas de extinção. Em meio à diversidade de espécies, destaca-se a riqueza de espécies de primatas e aves protegidas pelo parque e tem contribuído para a consolidação desta unidade de conservação como importante área de interesse à realização de atividades de *birdwatching* e observação de fauna. Dentre as 400 espécies de aves conhecidas para o parque destacam-se espécies como a ararajuba (*Guaruba guarouba*), que é ameaçada de extinção e de fácil avistamento nesta unidade, a mãe-taoca-arlequim (*Rhegmatorhina berlepschi*), que é uma espécie endêmica restrita a margem esquerda do rio Tapajós, o gavião-real (*Harpia harpyja*), a jacupiranga (*Penelope pileata*) e a curica-urubu (*Pyrilia vulturina*), que podem ser observados na UC. Com relação aos primatas, foram registradas pelo menos treze espécies com ocorrência no parque, como, por exemplo, o macaco-barrigudo (*Lagothrix cana cana*). Ademais, a fauna da UC também caracteriza-se pela presença de outros mamíferos ameaçados de extinção como a onça-pintada (*Panthera Onca*),

anta (*Tapirus terrestris*), cachorro do mato de orelhas curtas (*Atelocynus microtis*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*) e peixe-boi-da-amazônia (*Trichechus inunguis*).

Do ponto de vista histórico-cultural, o Parque Nacional da Amazônia abriga áreas que remontam ao período de abertura da rodovia Transamazônica e à exploração do pau-rosa, assim como possui mais de trinta sítios arqueológicos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que narram a história de ocupação e trânsito da região por diferentes etnias indígenas como os Tapajó, Sateré-Mawé e Munduruku.

2.2. O USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA

Criado em 1974, o Parque Nacional da Amazônia concluiu a elaboração e publicação de seu Plano de Manejo em 1979. Este documento dispunha de um programa de uso público, dividido em 05 subprogramas com objetivos específicos, conforme descrito abaixo:

- **Recreação:** proporcionar oportunidades para que os visitantes possam realizar atividades recreativas tais como observação, fotografia, camping, piquenique e passeios a pé, compatíveis com os recursos e os objetivos do Parque.
- **Interpretação:** oferecer meios para o visitante entender e apreciar os recursos naturais e culturais da área de modo que a sua experiência seja positiva e agradável; alcançar metas de manejo favorecendo o uso racional do recurso; e promover uma compreensão pública.
- **Educação:** dar oportunidade à estudantes e professores para observações e estudos práticos, tais como biologia, geologia, arqueologia e arte.
- **Turismo:** incentivar a visitação de turistas nacionais e internacionais ao Parque.
- **Relações públicas e extensão:** Divulgar ao público os objetivos, recursos, programas e benefícios do Parque.

O Parque Nacional da Amazônia possui registro de atividade de visitação desde 1984 por meio do uso de um livro de visitantes, onde era realizado o autoregistro. Analisando os dados de visitação até 2005, pode-se verificar que os registros eram na maior parte de estrangeiros que vinham em uma excursão anual para fazer observação de aves, com predominância de grupos de visitantes dos Estados Unidos. Entre os anos de 1984 e 2006, o número de visitantes não ultrapassava 150 visitantes ao ano.

Em 2006, mediante parceria entre o IBAMA, a Conservação Internacional (CI) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), foram implementados o mirante com vista para o rio Tapajós e a trilha Interpretativa do Tapajós. Ambos foram oficialmente inaugurados em 30 de novembro de 2007. Dentre as propostas para o uso público descritas no plano de manejo (1979), o Parque Nacional da Amazônia implementou de forma incompleta algumas atividades como os passeios de caminhada, observação, fotografia e atividades informais de interpretação. Em se tratando de localização, as referidas atividades restringiram-se às áreas de desenvolvimento denominadas Tracoá, Uruá, Saita e Morro da Terra Preta.

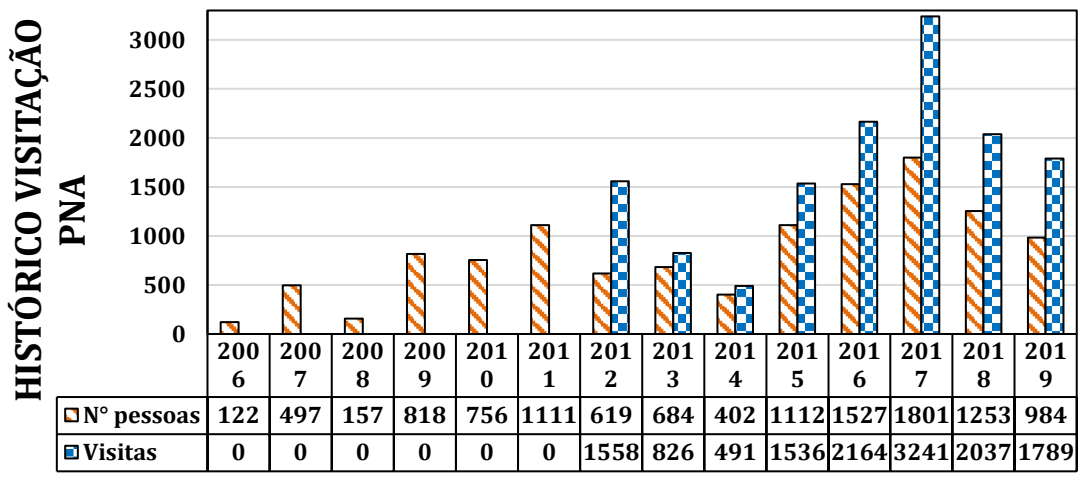
Por meio de parceria com a Conservação Internacional (CI) foi elaborado o primeiro plano de uso público do Parque Nacional da Amazônia. O documento, aprovado em 2009, dispõem de um extenso diagnóstico sobre o parque e a região na qual está inserido, sobre as novas potencialidades e novas propostas resultantes e, finalmente, apresenta uma proposta final para o uso público na UC.

A análise do referido planejamento indicou a execução das seguintes ações: implantação de sinalização de entrada nas trilhas do Tracoá, Gameleira, Açaizal e Capelinha; elaboração de folheto informativo sobre o parque; limpeza e manutenção das trilhas do Tracoá, Gameleira, Açaizal, Capelinha, Interpretativa do Tapajós, Morro da Terra Preta e Piçarreira; implantação de sinalização interpretativa na trilha do Açaizal; implantação de tapiri para pernoite na trilha da Capelinha; instalação de sistema misto de energia na base do Uruá; reforma de abrigo para vigilantes e gestores da UC, que podem ser utilizados por pesquisadores desde que autorizados pelo órgão gestor.

Em 2020, o Parque Nacional da Amazônia dispõe de 08 trilhas, 01 mirante e 02 bases de apoio (Uruá e Tracoá) e proporciona aos visitantes a realização de atividades de caminhada de até 5km, caminhada superior a 5km com pernoite, travessia, visita escolar e educacional, contemplação, fotografia e filmagem, avistamento de aves, observação de fauna e flora, banho de rio e corredeiras, piquenique, passeio de barco, acampamento, visita de pesquisa, eventos esportivos ou religiosos.

Ao longo dos anos, o monitoramento da visitação indica que os visitantes do parque são constituídos por moradores do município de Itaituba (entre 80 e 90%), residentes de outras cidades e regiões do Brasil (entre 10 e 15%) e visitantes estrangeiros (entre 2 e 5%). O último grupo é, principalmente, formado por visitantes interessados em atividades de observação de aves (*birdwatching*) e, geralmente, permanecem na UC por vários dias. Os moradores locais, por sua vez, buscam essencialmente momentos de lazer associado ao banho em praias e corredeiras do rio Tapajós na companhia de amigos e familiares.

De 2006 a 2008, o controle da visitação ocorreu somente por meio de ofícios que autorizavam a entrada de pessoas no Parque. Somente a partir de 2009 o controle passou a ser realizado pela expedição de autorizações específicas para entrada na unidade, que registram o número de pessoas, o responsável pelo grupo e informações sobre a finalidade da visita. A partir de 2012, começou o registro de pernoite dos visitantes. Até o ano de 2016, a equipe enviava os dados referentes ao número de pessoas que entravam no PNA em vez do número de visitas. A partir da publicação da IN nº 05 de 10 de julho de 2018, o PNA passou a monitorar o número de visitas, que considera a finalidade da utilização da UC além da permanência dos indivíduos no interior da unidade e é o parâmetro adotado pelo ICMBio para o monitoramento da visitação. Em se tratando de quantitativo de visitante, a figura abaixo apresenta os dados referentes ao número de visitas entre 2006 e 2019.



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
N° pessoas	122	497	157	818	756	1111	619	684	402	1112	1527	1801	1253	984
Visitas	0	0	0	0	0	0	1558	826	491	1536	2164	3241	2037	1789

Figura 1- Número de visitas ao Parque Nacional da Amazônia entre 2006 e 2019.

A análise do gráfico indica que o maior número de visitas foi observado em 2017, com mais de 3000 visitas no ano. Entre 2013 e 2015, por sua vez, houve queda no número de visitas em função do fechamento da UC para visitação por motivos de falta de vigilância no parque. Dentre outros fatores, que podem contribuir para quedas na visitação observadas em 2018 e 2019, incluem-se a sazonalidade do clima, a falta de recursos financeiros para a realização das visitas escolares, a falta de registro dos visitantes, entre outros.

Entre 2019 e 2021, o plano de manejo do Parque Nacional da Amazônia foi revisado e aprovado pela Portaria nº 239 de 19 de abril de 2021. Este documento apresenta propósito, declarações de significância e recursos e valores fundamentais da UC, assim como um novo zoneamento, que ampliou a área passível para o desenvolvimento do uso público, incluindo uma zona de infraestrutura (maior visitação e possibilidade de implantação de infraestruturas maiores), uma zona de uso moderado (visitação menos intensiva) e uma zona de conservação (atividades turísticas com baixa interferência humana). O novo plano de manejo do Parque Nacional da Amazônia apresenta o uso público no âmbito do propósito da UC, conforme destacado abaixo:

> O Parque Nacional da Amazônia, situado às margens das corredeiras do rio Tapajós, foi o primeiro parque nacional criado na Amazônia brasileira, como área reservada com objetivo **preservar a biodiversidade e as belezas cênicas da região** em razão da abertura da rodovia Transamazônica (BR-230). Protegendo um enorme maciço florestal, onde viviam povos indígenas ancestrais, o **parque oportuniza recreação e lazer, turismo ecológico,** educação ambiental e pesquisa científica.

Aves, primatas e beleza cênica são considerados recursos e valores fundamentais (RVF) do Parque Nacional da Amazônia e a sua preservação representa importante fator para a efetiva implementação do uso público na UC. A diversidade de aves e primatas favorece as atividades de observação de fauna e contribui na atratividade da UC para visitantes brasileiros e estrangeiros interessados em experiências de visitação voltadas ao contato com a fauna local. A

beleza cênica, representada por uma variedade de ambientes, também oportuniza a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, seja por meio de atividades aquáticas, observação de vida silvestre, contemplação da paisagem, entre outros. Estes RVF também são abordados nas declarações de significância do Parque, assim como sua importância para o uso público no Parque.

2.3. O ÍNDICE DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA (IAT)

O Índice de Atratividade Turística (IAT) é uma ferramenta desenvolvida com o objetivo de avaliar a influência relativa dos atributos (biofísicos, socioculturais e de manejo) nos ambientes interno e externo das UC, possibilitando a avaliação da demanda de visitação e oferecendo parâmetros para subsidiar a tomada de decisões do ICMBio e demais entes da federação sobre o planejamento, os investimentos e a estruturação para o desenvolvimento do destino turístico.

A análise do IAT representa o contexto da UC e seu entorno do momento de aplicação da ferramenta. O resultado do IAT indicou que o Parque Nacional da Amazônia possui **atratividade extensiva**, caracterizando-se de forma geral como um destino turístico regional com média atratividade, conforme observado na Figura 2.

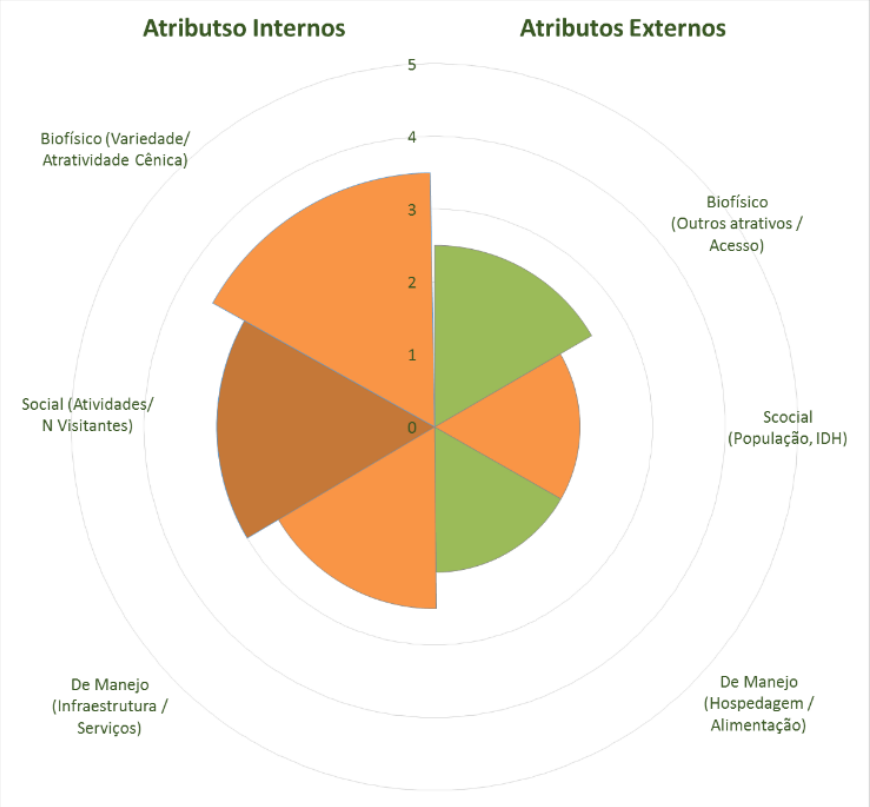


Figura 2- Pontuação por atributos internos e externos da UC, conforme resultados do IAT para o Parque Nacional da Amazônia.

Desta forma, a **atratividade extensiva** do PNA ode ser descrita da seguinte forma:

> Existe uma diversidade de ambientes naturais, incluindo áreas de vegetação primária e secundária, praias, corredeiras, igarapés, matas de igapó, assim como sítios arqueológicos, que remontam às ocupações indígenas ancestrais na região, e por

ampla biodiversidade, especialmente de aves e primatas. A visitação não é massiva e, apesar de receber visitantes estrangeiros e de outras regiões do Brasil, caracteriza-se principalmente como atrativo para a população local. Os encontros entre visitantes nas trilhas são pouco frequentes, à exceção de ocasiões quando grupos de escola e/ou excursionistas visitam o parque. A UC proporciona a realização de uma série de atividades, como caminhada, contemplação, fotografia/filmagem, visitas com fins educacionais, avistamento de aves, observação de fauna e flora, banho de rio e corredeiras, travessia, acampamento, bóia-cross e passeio de barco, assim como oferece serviços de condução de visitantes e oportuniza a integração com outros atrativos do entorno do parque. A UC dispõe de infraestrutura simples para recepção ao visitante, como banheiros, mirante, áreas de acampamento rústico, redário, concentradas principalmente nas bases do Tracoá e Uruá. As trilhas possuem sinalização rústica e alguns elementos facilitadores (deck, degraus, pinguelas, etc), sendo que algumas também apresentam sinalização interpretativa.

2.4. MAPEAMENTO DE ATRATIVOS DE VISITAÇÃO NA UC

Os visitantes de unidades de conservação possuem diferentes motivações para visitá-las, como a busca por isolamento, o contato com a natureza, a interação social, o desejo de superar desafios, entre outros. Para isso, buscam ambientes com características ou atributos que possam lhe proporcionar as experiências desejadas e trazer-lhes diferentes benefícios. Sendo assim, é fundamental compreender o perfil da visitação e as diversas demandas de uso, assim como buscar a diversificação das experiências durante o planejamento do uso público na UC. Para isso, o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC) é a principal ferramenta de apoio ao planejamento de uso público, aprovado pela Portaria nº 1148 de 19 de dezembro de 2018. O ROVUC orienta o planejamento e a implementação de distintas oportunidades de uso público, compostas por classes de experiências de visitação definidas em função dos atributos biofísicos, socioculturais e de manejo das áreas de visitação da UC.

Com base no ROVUC, foram mapeados e caracterizados diferentes atrativos de visitação no Parque Nacional da Amazônia identificou, conforme pode ser observado abaixo.

A) Trilha do Tracoá (Anexo II – Figura 1)

- **Biofísico –** fácil acesso ao visitante, uma vez que está localizada em frente à base do Tracoá. A trilha margeia o igarapé do Tracoá em toda a sua extensão. Na estação seca, alguns pedrais podem ser observados ao longo do igarapé e representam oportunidades para banho de rio. Ao final da porção sul da trilha, local onde o igarapé do Tracoá desagua no rio Tapajós, observa-se um pedral e uma estreita faixa de areia durante a estação seca.
- **Sociocultural –** atrativo pouco conhecido pelos visitantes do parque, de forma que a frequência de encontros é baixa. A trilha possibilita a realização de caminhadas, observação de fauna e flora, fotografia e filmagem e o banho de rio na estação seca.

- **Manejo –** a trilha dispõe de sinalização de entrada, de percurso (rústica e por meio de plaquetas) e educativa somente na porção que dá acesso ao rio Tapajós. A porção norte, por sua vez, possui somente sinalização de percurso (rústica). Também possui "pinguelas" construídas com materiais rústicos e degraus feitos com madeira.
- **Zona de Manejo -** Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por grupos de observadores de aves (*birdwatching)* e grupos escolares.

B) Cachoeira do Tracoá (Anexo II – Figura 1)

- **Biofísico –** dispõe de acesso pela porção norte da trilha do Tracoá.
- **Sociocultural –** atrativo pouco conhecido pelos visitantes do parque, de forma que a frequência de encontros é baixa.
- **Manejo –** Não possui infraestrutura para recepção de visitante. A trilha de acesso ao atrativo possui somente sinalização direcional do tipo rústica. Entretanto, não há sinalização indicativa do atrativo na localidade.
- **Zona de Manejo –** zona de Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
- **Perfil dos visitantes –** acessada por pequenos grupos de visitantes, principalmente famílias.

C) Base do Tracoá (Anexo II – Figura 1)

- **Biofísico –** localizada à margem da BR-230 (rodovia Transamazônica), possui fácil acesso aos visitantes. A área caracteriza-se pela presença de algumas espécies exóticas e uma única infraestrutura predial de apoio à visitação e gestão da UC. A base localiza-se às margens do Igarapé do Tracoá, onde é possível contemplar e banhar-se nas águas do lago do poraquê.
- **Sociocultural –** é o ponto de acesso às trilhas do Tracoá. Apesar disso, a frequência de visitantes e de encontros é baixa nessa região.
- **Manejo –** dispõe de uma base para recepção de visitantes com banheiro.
- **Zona de Manejo –** Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por grupos de famílias, observadores de aves, etc.

D) Trilha do Morro da Terra Preta (Anexo II – Figura 2)

- **Biofísico –** localizada às margens da rodovia Transamazônica, dista aproximadamente 6km das bases do parque. Caracteriza-se pela presença de diferentes espécies da fauna e flora e pela ocorrência de área de nascente em um de seus trechos.

- **Sociocultural –** área visitada principalmente por pequenos grupos de observadores de aves (*birdwatching*), de forma que a frequência de encontros na trilha é baixa. A trilha é adequada para caminhadas, praticar fotografia e filmagem, observação de fauna, etc.
- **Manejo –** Não dispõe de equipamentos facilitadores e sinalização.
- **Zona de Manejo -** Infraestrutura.
- **Regularização Fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)..
- **Perfil dos visitantes -** Acessada principalmente por pequenos grupos de observadores de aves (*birdwatching*).

E) Trilha da Piçarreira (Anexo II – Figura 2)

- **Biofísico –** localizada às margens da rodovia Transamazônica, dista aproximadamente 6km das bases do parque. É um antigo ramal utilizado durante o período de construção da rodovia Transamazônica, que contém áreas antigas de cascalheiras utilizadas na obra da rodovia, remontando à própria história da região.
- **Sociocultural –** área de baixa visitação, caracterizada pela frequência reduzida de encontros entre visitantes e principalmente visitada por grupos de observadores de aves (*birdwatching)*, sendo possível também a realização de caminhadas, fotografia e filmagem e contemplação da calha do rio Tapajós e da floresta Amazônica na parte mais alta da trilha.
- **Manejo –** Não dispõe de elementos facilitadores e sinalização.
- **Zona de Manejo –** Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
- **Perfil dos visitantes -** Acessada principalmente por pequenos grupos de observadores de aves *birdwatching*.

F) Corredeiras do Cabano (Anexo II – Figura 2)

- **Biofísico –** acessada por embarcações contratadas em pousadas ou comunidades ribeirinhas do entorno da UC, este atrativo caracteriza-se por um conjunto de rochas, que ficam expostas durante a estação seca, e pela formação de piscinas naturais.
- **Sociocultural –** considerando a forma de acesso ao atrativo, a frequência de visitantes e encontros é baixa. Na área, o visitante poderá disfrutar de banho em corredeiras do rio Tapajós, contemplação de paisagens, passeio em embarcações (oferecidos por prestadores de serviço), fotografia e filmagem, entre outros.
- **Manejo –** não dispõe de infraestrutura de apoio à visitação.
- **Zona de Manejo –** área desafetada adjacente à zona de infraestrutura[1].
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
- **Perfil dos visitantes –** grupos de visitantes que visitam pousadas do entorno do Parque Nacional da Amazônia e contratam passeios de barco até estas corredeiras.

G) Trilha Interpretativa do Tapajós (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** possui fácil acesso ao visitante, uma vez que se inicia na base do Uruá. Esta trilha possibilita a integração entre alguns atrativos do parque, como o mirante, a trilha da Gameleira, a praia e as corredeiras do Uruá. Em seu trajeto, é possível observar as diferenças entre a mata de terra seca, mata de encosta e mata de igapó (alagada durante a estação chuvosa), assim como árvores de grande porte e a percepção do som das corredeiras do rio Tapajós.
- **Sociocultural –** área mais procurada por visitantes, uma vez que é o principal acesso à praia e às corredeiras do Uruá e por integrar-se diretamente à visita ao mirante do parque. Apesar disso, o número de encontros é reduzido, ocorrendo de forma ocasional. Salvo raras exceções, como visitas de grupos escolares ou excursões de agências turísticas, não são observadas aglomerações. Possibilita ao visitante a realização de caminhadas, contemplação, fotografia e filmagem, observação de fauna e flora, banho de rio.
- **Manejo –**A trilha dispõe de sinalização de entrada, de percurso (rústica e por meio de plaquetas), educativa e interpretativa, assim como alguns elementos facilitadores (escadas, ponte, *deck*). Devido a problemas graves de erosão, determinado trecho da trilha encontra-se interditado, havendo necessidade do visitante utilizar o Ramal do Uruá para retorno à base do Uruá quando terminado o passeio na trilha.
- **Zona de Manejo –** Adjacente à zona de infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos escolares, grupos de observadores de aves (*birdwatching*), excursionistas, famílias, grupos de amigos, etc.

H) Trilha da Gameleira (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** fácil acesso ao visitante, a trilha está integrada com outros atrativos do parque, como a trilha autoguiada, a praia do Uruá e as corredeiras do Uruá. Caracteriza-se pela existência de extenso sítio arqueológico, onde são encontrados resquícios de cerâmica e artefatos indígenas. Nos trechos mais baixos e úmidos da trilha, formam-se poças de lama, conhecidas por ser áreas de banho de bandos de porcos do mato. A trilha também possibilita a contemplação de espécies marcantes do bioma amazônico, como castanheira, sumaúma e gameleiras, assim como a percepção do som das corredeiras do rio Tapajós em determinados trechos
- **Sociocultural –** os grupos que visitam a trilha tendem a ser pequenos e, portanto, a frequência de encontros é relativamente baixa. Por seus atributos, possibilita a

realização de caminhadas, contemplação, fotografia e filmagem, observação de fauna (inclusive *birdwatching*) e flora.

- **Manejo –** Dispõe de sinalização de entrada, de percurso e educativa. Contudo, não possui elementos facilitadores.
- **Zona de Manejo –** Adjacente à zona de infraestrutura[1].
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos de observadores de aves (*birdwatching*), excursionistas, famílias, grupos de amigos, etc.

I) Trilha do Açaizal (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** com fácil acesso ao visitante, por estar localizada às margens da rodovia Transamazônica, a trilha caracteriza-se pela existência de área de açaizal margeada pelo igarapé do Uruá e pela presença de algumas árvores de uso tradicional e medicinal como a copaibeira e a quina.
- **Sociocultural –** caracteriza-se pela baixa intensidade de visitação e frequência de encontros. A trilha possibilita a realização de caminhadas, fotografia e filmagem, observação de fauna (inclusive *birdwatching*) e flora.
- **Manejo –** Possui sinalização de entrada, de percurso (rústica e por meio de plaquetas), educativa e interpretativa. Contudo, não dispõe de elementos facilitadores.
- **Zona de Manejo –** Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos de observadores de aves (*birdwatching*), excursionistas, famílias, grupos de amigos, etc.

J) Praia do Uruá (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** pequena faixa de areia localizada às margens do rio Tapajós e adjacente às corredeiras do Uruá, que pode ser acessada por meio da trilha autoguiada ou pelo ramal do Uruá.

- **Sociocultural –** apesar de ser um dos principais atrativos da UC, os grupos de visitantes tendem a ser pequenos e esta intensidade de visitação não proporciona encontros frequentes entre esses grupos. Em algumas ocasiões, tais como visita de grupos escolares e excursão, a intensidade de encontros tende a ser maior.
- **Manejo –** a praia não dispõe de infraestrutura para a recepção do visitante.
- **Zona de Manejo –** Infraestrutura.
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos escolares, excursionistas, famílias, grupos de amigos, etc.

K) Corredeiras do Uruá (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** próximas à praia do Uruá, podem ser acessadas pela trilha autoguiada ou pelo ramal do Uruá. Caracterizam-se por um conjunto de rochas do rio Tapajós, que ficam expostas durante a estação seca, e por correntezas mais fortes devido à velocidade de corrida da água nestes trechos do rio. Apresentam registros da ocupação indígena tapajônica em suas rochas.
- **Sociocultural –** associada à visitação na praia do Uruá e na trilha autoguiada, a frequência de encontros é ocasional, salvo quando da visita de grupos escolares ou excursões. Possibilita a realização de atividades, como: contemplação de paisagem, fotografia e filmagem e banho no rio Tapajós.
- **Manejo –** Não dispõe de infraestrutura para visitantes. Contudo, possui sinalização interpretativa referente à área anteriormente utilizada por indígenas da nação Tapajós.
- **Zona de Manejo –** área desafetada adjacente à zona de infraestrutura [1].
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos escolares, excursionistas, famílias, grupos de amigos, etc.

L) **Mirante do Uruá (Anexo II – Figura 3)**

- **Biofísico –** localizado na base do Uruá, o mirante proporciona ao visitante a contemplação das corredeiras e do travessão do Uruá, assim como do nascer do sol diante do rio Tapajós e da floresta Amazônica na região.
- **Sociocultural –** por sua localização e beleza cênica, o mirante do Uruá é um dos atrativos mais visitados no parque.
- **Manejo –** dispõe de três banheiros para visitantes, sendo que um deles foi inicialmente planejado para atender ao público portador de necessidades especiais.
- **Zona de Manejo – área desafetada** adjacente à zona de infraestrutura [1].
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos escolares, excursionistas, famílias, etc.

M) Base do Uruá (Anexo II – Figura 3)

- **Biofísico –** caracteriza-se por uma área adjacente à BR-230 (rodovia Transamazônica), possuindo fácil acesso aos visitantes. Nesta área, é possível observar a presença de algumas espécies exóticas e representa um espaço antropizado com infraestruturas prediais simples para apoio à visitação no Parque Nacional da Amazônia.
- **Sociocultural –** representa o ponto de acesso a alguns dos principais atrativos do Parque Nacional da Amazônia, como o mirante, a trilha autoguiada, a trilha da gameleira e a praia e as corredeiras do Uruá. Considerando isso, trata-se da região mais visitada desta unidade de conservação, onde os encontros entre visitantes são mais frequentes.
- **Manejo –** dispõe de uma base de recepção de visitantes com posto de vigilância, banheiro para visitantes e redário simples para pernoite.
- **Zona de Manejo –** área desafetada adjacente à zona de infraestrutura [1].
- **Regularização fundiária** – De acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a área foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Portanto, estes importantes atrativos encontram-se fora dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal.
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por diversos grupos de visitantes, como: grupos escolares, excursionistas, famílias, etc.

N) Trilha da Capelinha (Anexo II – Figura 4)

- **Biofísico –** a trilha dista aproximadamente 15km da base do Uruá e caracteriza-se pela vegetação primária e bem conservada e pela ampla diversidade de espécies da fauna amazônica. O trajeto é cortado por igarapés com diferentes dimensões e possui relevo mais acidentado na porção final da trilha.
- **Sociocultural –** considerando as características da trilha e os grupos que a visitam, a frequência de encontros é baixa. Dentre as atividades que podem ser realizadas, incluem-se: caminhada de longo curso, contemplação de paisagens, fotografia e filmagem, observação de fauna e flora, eventos religiosos, acampamento, etc. Em função das suas características, a contratação de condutor de visitantes é recomendada para a visita a este atrativo.
- **Manejo –** possui sinalização de entrada e de percurso (plaquetas). A trilha também dispõe de duas áreas para acampamento primitivo para pernoite em bivaque, assim como "pinguelas" rústicas para travessia de igarapés.
- **Zona de Manejo –** Uso moderado.
- **Regularização fundiária** – localizada em terras da União pendente de repasse ao ICMBio pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)
- **Perfil dos visitantes -** Acessada por dois públicos principais: grupos de observadores de aves (*birdwatching*) e devotos que participam da romaria à São José da Capelinha.

Importante destacar que, de acordo com a Lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012, a região que inclui a base do Uruá, mirante do Uruá, praia e corredeiras do Uruá, trilha Interpretativa do Tapajós e trilha da Gameleira foi desafetada por estar incluída dentro da cota de inundação do Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento foi posteriormente arquivado pelo IBAMA. Entretanto, o Art.14 da referida lei dispõe que as áreas que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito da referida lei, mediante ato próprio do Poder Executivo federal.

3. PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA

Conforme as Orientações Metodológicas para Elaboração de Planos de Uso Público em UC federais (Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2020), os componentes do capítulo de Planejamento deste documento foram apresentados, discutidos ou elaborados de forma participativa durante a Oficina de revisão do plano de uso público do Parque Nacional da Amazônia, realizada entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2020, na cidade de Itaituba/PA.

3.1. VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro define uma meta para uma unidade de conservação, assim como representa as aspirações que descrevem condições futuras. Sendo assim, ela orienta sobre quais ações são necessárias e o porquê disso, inspira gestores e visitantes, é útil para voluntários e ajuda a visualizar um futuro melhor. Em resumo, a visão de futuro define aonde se quer chegar.

Sendo assim, a visão de futuro para visitação é:

O Parque Nacional da Amazônia é reconhecido como o principal destino turístico do alto Tapajós pelo seu acervo arqueológico, cultural e biodiversidade que representa a riqueza da Amazônia. Por ser um espaço com diversas opções de atividades de lazer, recreação e ecoturismo, integrado aos roteiros regionais com a participação das comunidades do entorno, atrai visitantes locais, nacionais e internacionais.

3.2. O ROL DE OPORTUNIDADES DE VISITAÇÃO NO PAARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA

Como instrumento de planejamento do uso público, o ROVUC é útil no mapeamento das potencialidades de uso púbico e para orientar a diversificação e a implementação das diferentes experiências de visitação, ampliando a possibilidade de atender as expectativas e as demandas dos visitantes da UC.

Para a categoria de parque nacional é possível o planejamento de três classes de experiências no interior da UC: prístina, natural e seminatural. A classe ruralizada possui características intrínsecas em relação aos atributos das áreas de visitação (biofísico, sociocultural e ambiental), e por isso não é possível de ser planejada no interior de um parque nacional. Entretanto, o entorno do Parque Nacional da Amazônia é constituído por um conjunto de comunidades, cujo envolvimento na agenda do turismo na região tem aumentado. Em 2020, empreendimentos na Vila Braga e Vila Rayol ofertam serviços de hospedagem, alimentação e passeios turísticos pelo rio Tapajós e suas belezas naturais. Alguns comunitários também ofertam serviços de barqueiro (transporte aquaviário) e condução de visitantes, que são devidamente autorizados pelo ICMBio para operar dentro da UC. As comunidades de Vila Rayol e São Luiz do Tapajós são conhecidas por realizar os festivais da galinha caipira e do tambaqui, respectivamente. Desta forma, vislumbra-se a oportunidade de roteiros turísticos integrados entre o interior e o entorno do PNA. Por isso, a equipe de planejamento também mapeou os atrativos de visitação no entorno da UC, que foram identificados como pertencentes à classe Ruralizada do ROVUC.

Em consonância com a vocação do destino turístico, que possui atratividade extensiva conforme análise do IAT, a maioria dos atrativos de visitação do Parque Nacional da Amazônia buscam oferecer experiências de classe natural (médio grau de intervenção da visitação). Considerando este alinhamento e a diretriz institucional de diversificação das experiências de visitação, este documento amplia a oferta de experiências nas classes prístinas e seminaturais no Parque Nacional da Amazônia, assim como o incentiva às experiências ruralizadas oferecidas por comunidades do entorno da UC, além da diversificação das atividades vinculadas às experiências naturais.

Assim, abaixo são descritas as classes de experiências de visitação planejadas para os atrativos mapeados no interior e entorno do parque. Foram listadas as atividades e os serviços propostos para cada atrativo de visitação, além de identificadas informações sobre as zonas de manejo, o perfil dos visitantes e sobre a regularização fundiária das áreas de visitação. O manual do ROVUC e seu poster são ferramentas que podem ser utilizadas para orientar especificamente sobre a implementação e as intervenções relacionadas à infraestrutura e ações de manejo por classe de experiência da visitação. O anexo III apresenta o mapa com a distribuição espacial das classes do ROVUC no Parque Nacional da Amazônia, conforme descrito abaixo.

3.2.1. CLASSE PRÍSTINA

Descrição: Experiência de visitação que proporciona isolamento e desafio em ambientes naturais e uma interação intensa com a natureza ou com a religiosidade associada ao atrativo. Essa classe de experiência da visitação ocorre em ambientes com baixo grau de intervenção: a área possui alta naturalidade e conservação dos ecossistemas (espécies nativas e endêmicas), sendo essencialmente caracterizada pela vegetação primária e pela fauna abundante. Em geral, são áreas mais isoladas, cujo acesso exige caminhadas de longo curso, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. A visitação nesta área dispõe de infraestrutura mínima ou nenhuma. Quando existente, a infraestrutura tem o objetivo de proteger os recursos naturais ou promover a segurança mínima dos visitantes, de forma que o visitante necessita dispor de equipamentos para acampamento e alimentação. As trilhas terrestres possuem desenvolvimento mínimo ou moderado, com baixa presença de sinalização do tipo direcional e confirmatória. Os encontros com outros visitantes são improváveis e os grupos são pequenos e compostos, em geral, por observadores de aves e pessoas preparadas para desenvolver atividades em ambientes naturais isolados, exceto quando da ocasião de eventos, como a peregrinação de São José da Capelinha, quando é possível a presença de grupos maiores. A presença institucional é baixa e o controle é realizado predominantemente de forma indireta por meio de normas descritas em plano de manejo, instrumentos de gestão do uso público, autorizações para a visita, entre outros.

Atividades e Atrativos de visitação:

- **Caminhada com pernoite (pelo menos 1 pernoite)** - trilha Mamuru - Cocalino, trilha da Capelinha, trilha Capelinha - Tracoá;
- **Atividades Aquáticas (caiaque e stand-up)** - Uruá - Flechal;
- **Acampamento primitivo –** Pedro Bico e Capelinha;

Zonas de Manejo

Inserida, quase totalmente, na zona de uso moderado do Parque Nacional da Amazônia. E uma pequena área na zona de conservação.

3.2.2. CLASSE NATURAL

Descrição: Experiência de visitação que ainda permite algum nível de isolamento, aventura e independência nos ambientes naturais, ao mesmo tempo que oferece a possibilidade de segurança e conforto. Essa classe de experiência ocorre em ambientes com médio grau de intervenção, ou seja, o ambiente ainda possui alta naturalidade, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O uso de veículos motorizados é permitido para a execução dos passeios aquáticos e visita às corredeiras do Cabano. Em ambientes terrestres, as estradas são predominantemente não pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são ocasionais. As trilhas terrestres possuem trajeto mais óbvio

e definido, com a presença de estruturas facilitadoras para melhorar a experiência do visitante e sinalização direcional ou confirmatória mais frequente, assim como placas interpretativas em algumas trilhas. A presença institucional pode ser indireta como por meio de autorizações de visita e/ou direta por patrulhas ocasionais e monitoramento da visitação.

Atividades e Atrativos de visitação:

- **Caminhada de travessia –** trilha Cocalino - Base do Tracoá e trilha Base do Tracoá - Base do Uruá;
- **Caminhada em circuito de trilhas –** interliga a base do Tracoá e do Uruá, passando pelas regiões do Cabano, Flechal, Piçarreira e Açaizal;
- **Caminhada curta (sem pernoite)** - trilha do Morro da Terra Preta, trilha do Açaizal, trilha do Tracoá, trilha do Flechal, trilha do Pau Rosa, trilha do Cabano e trilha Paraíso x Tracoá;
- **Cicloturismo –** interliga Tracoá, Terra Preta e Uruá;
- **Atividades aquáticas (bóia cross)** - no igarapé do Tracoá;
- **Atividades aquáticas (stand-up e caiaque)** - entre Cocalino e Tracoá;
- **Passeio de barco** - entre as comunidades de Vila Rayol, Vila Braga, São Luiz do Tapajós, Cavernas, Campos dos Perdidos, Cabano e Uruá;
- **Banho –** corredeiras do Cabano;
- **Contemplação da paisagem (Mirantes e torres) –** mirante do Cabano;
- **Observação de fauna –** todas as trilhas;

Zonas de manejo

Inserida nas zonas de infraestrutura e uso moderado do Parque Nacional da Amazônia.

3.2.3. CLASSE SEMINATURAL

Descrição: Experiência de visitação que possibilita uma forte interação entre grupos de pessoas (famílias, amigos, excursões turísticas, grupos escolares, comunidade, etc), com a possibilidade de tranquilidade, segurança, conforto e comodidade. Essa classe de experiência ocorre em áreas com alto grau de intervenção: a interferência humana é mais evidente sobre o ambiente natural. O acesso aos atrativos pode ser fácil, sendo possível o revestimento das estradas. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação são frequentes entre os visitantes e funcionários. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões. As trilhas terrestres podem ser bastante estruturadas, com revestimento e possibilidade de acessibilidade para deficientes físicos ou pessoas de baixa mobilidade e podem dispor de sinalização direcional, confirmatória e interpretativa. É possível a instalação de infraestrutura como centros de visitantes, hospedagem, mirantes, estacionamentos e serviços como alimentação e venda de suvenires. A presença institucional pode ser constante, existindo a oportunidade de interação com o visitante e a promoção de ações educativas. Há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em prover autonomia ou desafios.

Atividades e Atrativos de visitação:

- **Caminhada em circuito de trilhas** - interliga a base do Tracoá e do Uruá, passando pelas regiões do Cabano, Flechal, Piçarreira e Açaizal;
- **Caminhada curta (sem pernoite)** - trilha da Piçarreira e trilha da Gameleira, trilha interpretativa do Tapajós;
- **Cicloturismo –** interliga Tracoá, Terra Preta e Uruá;
- **Banho –** corredeiras do Uruá;
- **Contemplação (mirantes e torres) –** torre da Terra Preta e Mirante do Uruá;
- **Acampamento estruturado –** base do Tracoá e base do Uruá;
- **Piquenique** – base do Tracoá e base do Uruá (áreas de visitação com grande estrutura e serviços, tais como: churrasqueiras, área de piquenique, estacionamento, lanchonete, restaurante, sala de exposição, portal e sinalização);

Zonas de Manejo

Inserida na zona de infraestrutura do Parque Nacional da Amazônia, assim como em área desafetada adjacente a esta zona.

3.2.4. CLASSE RURALIZADA

Descrição: Experiência de visitação que possibilita o forte contato com moradores e seu modo de vida local, tranquilidade, segurança, conforto e comodidade. Essa classe de experiência ocorre em áreas com alto grau de intervenção: a paisagem mescla áreas naturais e ocupações rurais, com a presença de atividades extrativistas e manejo de recursos agrosilvipastoris. O acesso é facilitado por meio de estradas, com a possibilidade de pavimentação, conectando propriedades privadas, comunais e áreas naturais protegidas. Existe a oportunidade de se observar a cultura, as práticas agrosilvopastoris, o aproveitamento e beneficiamento sustentável da floresta. Pode haver a prestação de serviços de alimentação, hospedagem, entre outros, oferecidos diretamente pela comunidade local ou cujos serviços foram delegados. As trilhas podem ser mais desenvolvidas para comportar um fluxo mais intenso de pessoas e permitir a acessibilidade, além de poder apresentar maior intensidade de sinalização dos tipos direcional, indicativa e interpretativa. A infraestrutura é frequente e típica de ambiente rural.

Serviços:

- **Hospedagem, alimentação e vivência** – propriedades privadas em comunidades e assentamentos no entorno do parque;

Zonas de Manejo

Localizada no entorno do Parque Nacional da Amazônia em comunidades próximas à zona de infraestrutura.

3.3. ANÁLISES DE FORTALEZAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS PARA A VISITAÇÃO

A implementação do uso público depende de um conjunto de fatores internos e externos à gestão das unidades de conservação, que podem comprometer a execução das ações planejadas. Compreender estes fatores, assim como os meios para minimizá-los e otimizá-los, é fundamental para entender o contexto político, social e econômico no qual a UC está inserida e, portanto, para a efetividade do planejamento. Neste âmbito, a análise de fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA) é uma ferramenta útil para a construção do planejamento estratégico, uma vez que permite mapear os diferentes fatores internos e externos que podem influenciar a gestão e auxiliar na definição de orientações para a implementação do uso público no parque.

Assim, foi proposto um conjunto de ações para a implementação do uso público no Parque Nacional da Amazônia, considerando que estas contribuem para minimizar os impactos de fraquezas e ameaças e potencializar as fortalezas e oportunidades. Os diagramas abaixo apresentam o conjunto de ações propostas e sua correlação com os diferentes fatores internos e externos que compõem o contexto da UC.

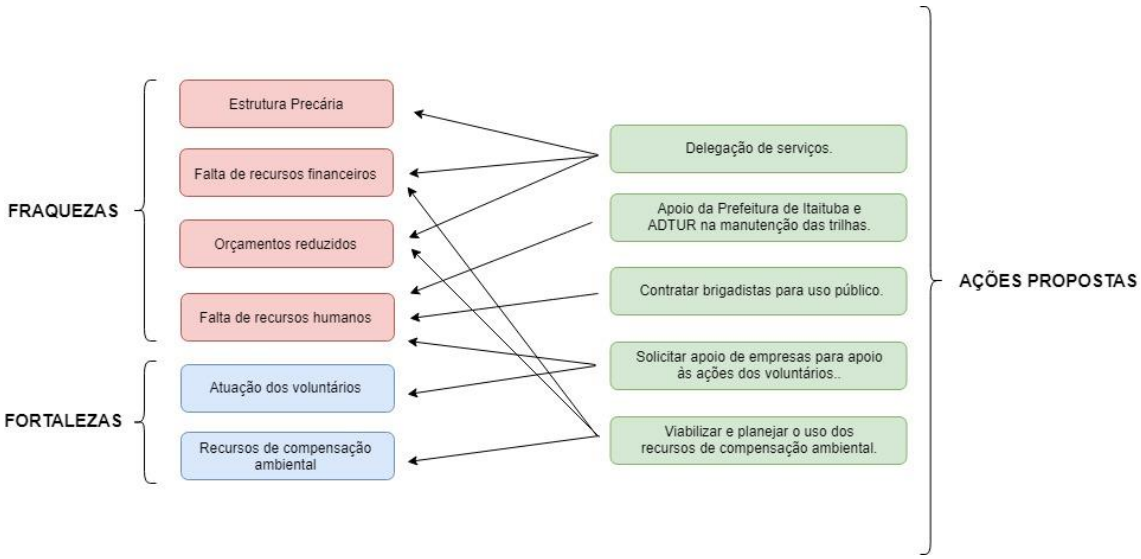


Figura 3 - fatores relacionados à disponibilidade de recursos humanos e financeiros, assim como de infraestruturas, e ações propostas para minimizar as fraquezas e potencializar as fortalezas mapeadas.

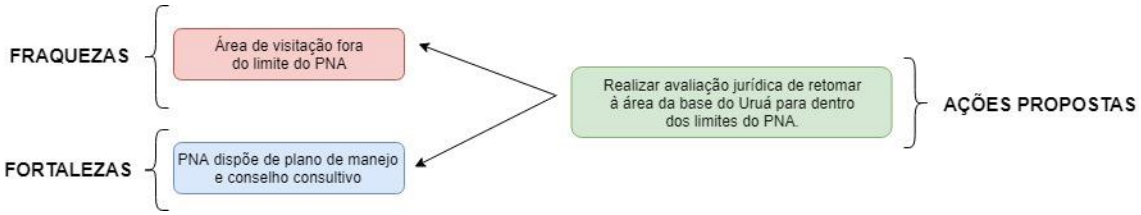


Figura 4 - fatores relacionados aos limites atuais do Parque Nacional da Amazônia e a seus instrumentos

de planejamento e gestão (plano de manejo e conselho consultivo), e as respectivas ações propostas para minimizar fraquezas e potencializar fortalezas.

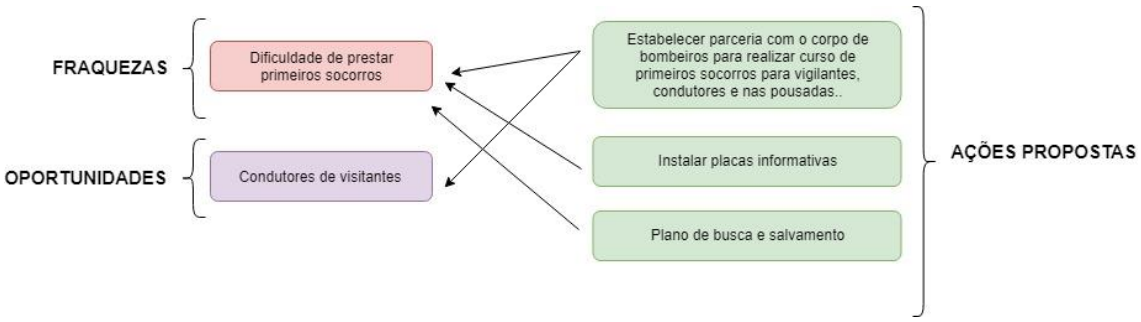


Figura 5- fatores relacionados à segurança dos visitantes no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para minimizar fraquezas e fortalecer oportunidades.

.

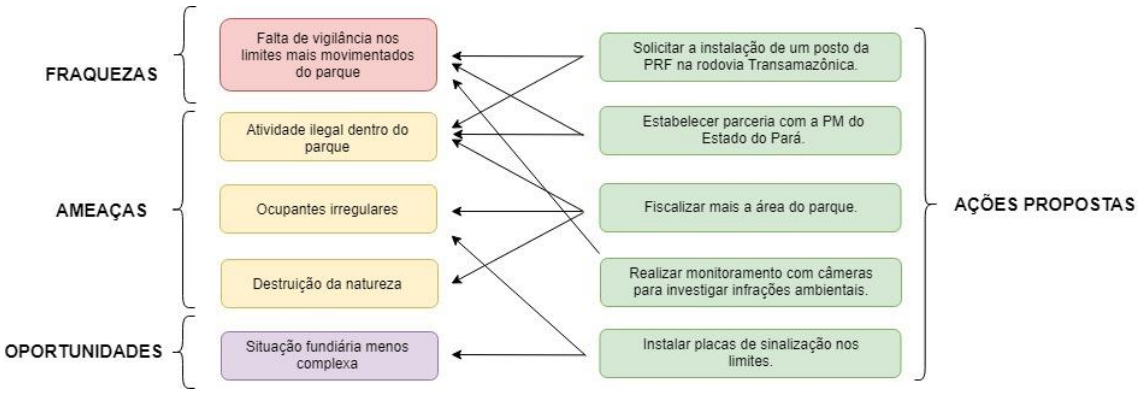


Figura 6- fatores relacionados às infrações ambientais, ocupações irregulares e regularização fundiária no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para minimizar fraquezas e ameaças e potencializar oportunidades.

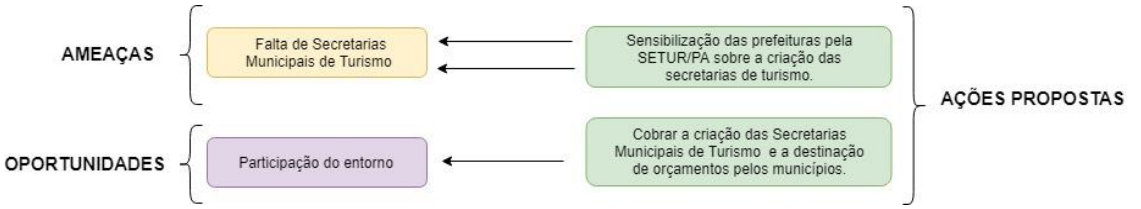


Figura 7- fatores relacionados à inexistência de secretarias de turismo nos municípios da região de

integração do tapajós e à importância da participação do entorno nesse processo e ações propostas para minimizar ameaças e fortalecer oportunidades.

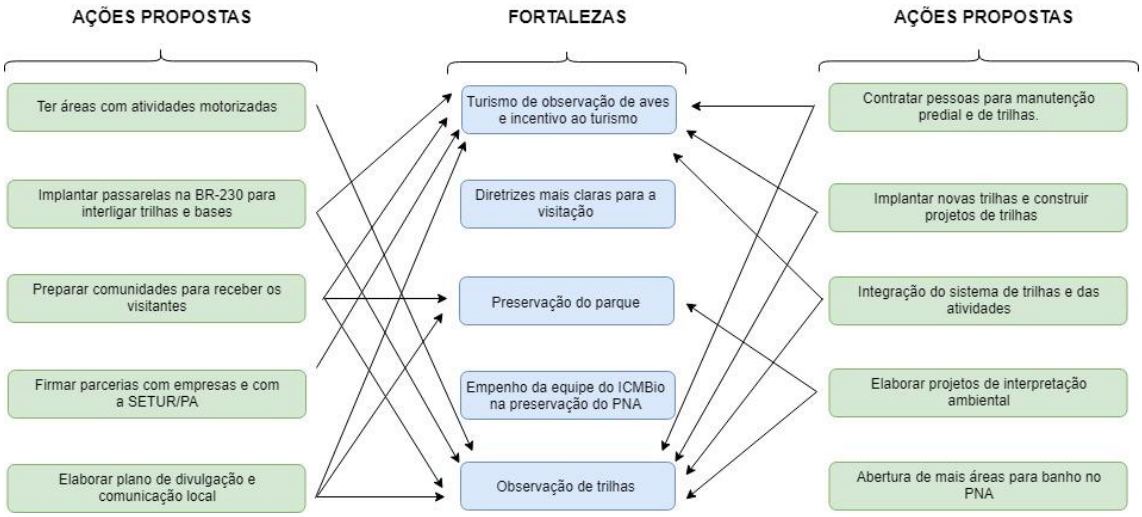


Figura 8- fatores relacionados às oportunidades de visitação, à preservação e às diretrizes para visitação no Parque Nacional da Amazônia e ações propostas para potencializar as fortalezas.

4. AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO USO PÚBLICO

4.1. AÇÕES PARA A DIVERSIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE VISITAÇÃO

Considerando as atividades, serviços e infraestruturas propostas (e já existentes) para o uso público no Parque Nacional da Amazônia, assim como as limitações para implementá-los ou fazer melhorias, é necessário estabelecer prioridades de execução. A priorização contribui para definir as ações mais estratégicas, sob as quais a unidade de conservação deverá concentrar seus esforços, a fim de alcançar a visão de futuro.

Os quadros abaixo apresentam estas atividades, serviços e infraestruturas organizadas por ordem de prioridade, conforme desenvolvido durante a Oficina de Revisão do Plano de Uso Público.

Quadro 1- Ações propostas para acesso, receptivo e alimentação e hospedagem

ATIVIDADE/SERVIÇOS/INFRAESTRUTURA	AÇÕES PROPOSTAS	PRIORIDADE
Acesso/receptivo	Instalar portal na base do Tracoá	Média
	Instalar portal na base do Uruá	Baixa
Estacionamento	Estruturar área para estacionamento na base do Tracoá	Baixa
	Estruturar área para estacionamento na base do Uruá	Baixa

Churrasqueira	Instalar churrasqueiras na base do Uruá	Baixa
	Instalar churrasqueiras na base do Tracoá	Baixa
Serviço de alimentação	Instalar lanchonete na base do Tracoá	Baixa
	Instalar lanchonete na base do Uruá	Baixa
	Instalar restaurante na base do Uruá	Baixa
	Instalar restaurante na base do Tracoá	Baixa
Piquenique	Estruturar área para piquenique na base do Tracoá	Baixa
	Estruturar área para piquenique na base do Uruá	Baixa
Acampamento	Implementar acampamento estruturado na base do Uruá	Média
	Implementar acampamento estruturado na base do Tracoá	Baixa
	Estruturar acampamento primitivo na Capelinha	Baixa
	Estruturar acampamento primitivo do Pedro Bico	Baixa

Quadro 2- Ações propostas para implementação de atividades terrestres.

ATIVIDADE/SERVIÇOS/INFRAESTRUTURA	AÇÕES PROPOSTAS	PRIORIDADE
Observação de fauna	Implementar a observação de fauna em todas as trilhas do Parque Nacional da Amazônia	Alta
	Implementar mirantes e torres para observação de fauna	Média
Sinalização	Sinalizar a base do Tracoá	Alta
	Sinalizar a base do Uruá	Média
Trilhas	Implementar trilha curta sem pernoite para acesso às Corredeiras do Cabano	Média
	Implementar circuito de trilhas que interliga as bases do Tracoá e Uruá, Cabano, Flechal, Piçarreira e Açaizal	Média
	Estruturar trilha curta sem pernoite – Trilha da Gameleira	Baixa
	Estruturar trilha curta sem pernoite – Trilha do Tracoá	Baixa

	Estruturar trilha curta sem pernoite – Trilha da Piçarreira	Baixa
	Estruturar trilha curta sem pernoite – Trilha do Açaizal	Baixa
	Estruturar trilha curta sem pernoite – Trilha do Flechal	Baixa
	Estruturas trilha sem pernoite – Trilha do Morro da Terra Preta	Baixa
	Implementar trilha interligando a pousada Paraíso e o Tracoá	Baixa
	Implementar trilha curta sem pernoite – Trilha do Pau Rosa	Baixa
Travessia e caminhada com pernoite	Implementar travessia por meio de trilha que interliga as bases do Tracoá e Uruá e margeia o rio Tapajós	Média
	Estruturar trilha com pernoite – Trilha da Capelinha	Baixa
	Implementar travessia por meio de trilha com pernoite interligando o Tracoá e a Capelinha	Baixa
	Implementar travessia por meio de trilha que interliga a comunidade do Cocalino e a base do Tracoá	Baixa
	Implementar trilha com pernoite – Trilha Mamuru - Cocalino	Baixa
Mirante	Estruturar o mirante do Uruá	Média
	Instalar mirante com vista para as Corredeiras do Cabano	Baixa
	Instalar torre de observação no topo do Morro da Terra Preta	Baixa
Atividades esportivas	Oferecer atividades esportivas na base do Uruá	Baixa
Ciclismo ou Cicloturismo	Implementar trilha de bicicleta interligando a base do Tracoá, a região da Terra Preta e a base do Uruá	Baixa
Atividades verticais	Implementar atividade de arvorismo e rapel	Baixa

Quadro 3- Ações propostas para implementação de atividades aquáticas.

ATIVIDADE/**SERVIÇOS/INFRAESTRUTURA**	AÇÕES PROPOSTAS	PRIORIDADE

Banho	Implementar-o banho nas Corredeiras do Cabano	Média
	Implementar o banho nas Corredeiras do Uruá	Média
	Estudar possibilidade de definição de área para naturismo no Parque Nacional da Amazônia	Baixa
Atividades não motorizadas	Implementar trilha aquática em bóia cross no igarapé do Tracoá	Média
	Implementar trilha aquática em caiaque e/ou stand-up interligando a comunidade do Cocalino e o Tracoá	Baixa
	Implementar trilha aquática em caiaque e/ou stand-up interligando as regiões do Uruá e do Flechal	Baixa

Quadro 4- Ações propostas para implementação da interpretação ambiental.

ATIVIDADE/SERVIÇOS/INFRAESTRUTURA	AÇÕES PROPOSTAS	PRIORIDADE
Interpretação	Estruturar a interpretação ambiental na trilha Interpretativa do Tapajós	Média
Exposição	Implementar sala de exposição na base do Tracoá	Baixa
	Implementar sala de exposição na base do Uruá	Baixa

4.2. AÇÕES PARA INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO DA UC

O entorno do Parque Nacional da Amazônia é constituído por um conjunto de comunidades, entre eles ribeirinhos, que residem às margens do rio Tapajós ou outros cursos hidrícos nesta Unidade de Conservação. Além disso, o entorno caracteriza-se pela presença de um conjunto de atrativos naturais, procurados por visitantes interessados em experiências de contato com a natureza e com os residentes locais. Entre eles, tem-se: campo dos perdidos, cavernas da Vila Braga, corredeiras do rio Tapajós, comunidades de São Luiz do Tapajós, Vila Rayol e Vila Braga, etc.

Desse modo, foram propostas ações de integração do Parque Nacional da Amazônia às comunidades do entorno para o fomento ao Turismo de Base Comunitária na região. O quadro abaixo resume as ações propostas por representantes das comunidades.

Quadro 5- Ações propostas para a integração com o entorno do Parque Nacional da Amazônia

Atividade/**Serviços/Infraestrutura**	Ações Propostas	Responsáveis
Turismo de Base Comunitária	Apoiar a elaboração projetos de fomento ao Turismo de Base Comunitária	ICMBio e comunidades
Passeios aquáticos	Ofertar serviços de passeios de barco entre comunidades e atrativos do entorno e do interior do PNA, autorizados pelo ICMBio.	ICMBio, Comunidades
Alimentação	Ofertar serviços de alimentação aos visitantes nas comunidades do entorno	Comunidades
Hospedagem	Ofertar serviços de hospedagem aos visitantes nas comunidades do entorno	Comunidades
Vivências	Oferecer oportunidade aos visitantes para vivenciar os modos de vida e a cultura das comunidades	Comunidades

4.3. AÇÕES COMPLEMENTARES À IMPLEMENTAÇÃO DO USO PÚBLICO

Considerando o quantitativo de ações propostos durante a análise da matriz FOFA, é necessário realizar a priorização de execução das referidas ações, de modo a estabelecer sobre quais delas deverão ser concentrados os esforços, a fim de alcançar a visão de futuro.

Quadro 6- Ações complementares de prioridade alta para a implementação do uso público

Nº	Ações Propostas
1	Apoiar-comunidades para receber os visitantes
2	Viabilizar e planejar o uso dos recursos de compensação ambiental

Quadro 7- Ações complementares de prioridade média para a implementação do uso público

Nº	Ações Propostas
1	Delegar serviços de apoio à visitação
2	Implantar novas trilhas e construir projetos de trilhas
3	Implementar atividades motorizadas em áreas específicas da UC
4	Prospectar parcerias com o *Trade* turístico e firmar acordo com a Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR/PA) para apoio no uso público

5	Elaborar estratégia de divulgação do turismo e comunicação local
6	Capacitação continuada de servidores, prestadores de serviço e demais parceiros

Quadro 8- Ações complementares de prioridade baixa para a implementação do uso público

Nº	Ações Propostas
1	Instalar placas de sinalização nos limites do PNA
2	Integração do sistema de trilhas e das atividades oferecidas
3	Abertura de mais áreas para banho no PNA
4	Contratar pessoas para manutenção predial e de trilhas
5	Apoio da Prefeitura e da ADTUR para a manutenção das trilhas
6	Estabelecer parceria com corpos de bombeiros para realizar curso de primeiros socorros para vigilantes, condutores de visitantes e nas pousadas do entorno do PNA
7	Contratar agentes temporários ambientais para trabalho com uso público
8	Instalar placas informativas de uso público
9	Monitorar a área do PNA com maior frequência
10	Implantar passarelas na BR-230 para interligar as trilhas e bases
11	Sensibilização das prefeituras pela SETUR sobre a criação das secretarias de turismo nos municípios
12	Solicitar apoio das empresas para ações dos voluntários do ICMBio
13	Realizar monitoramento com câmeras para investigar infrações ambientais
14	Cobrar a criação das secretarias municipais de turismo e a destinação de orçamentos pelos municípios
15	Solicitar a instalação de um posto da PRF na rodovia Transamazônica
16	Realizar avaliação jurídica de retomar a área da base do Uruá para dentro dos limites do PNA
17	Estabelecer parceria com a Polícia Militar do Estado do Pará

Além disso, foram mapeados estudos e projetos necessários à implementação do uso público, conforme o quadro abaixo.

Quadro 9- Estudos e projetos complementares subsidiários à implementação do uso público no Parque Nacional da Amazônia

Nº	Ações Propostas
1	Elaborar projeto de manejo de comedouros para avistamento de fauna
2	Elaborar projeto e realizar estudos para implantação de esporte e de passeios aquáticos e aventuras terrestres
3	Elaborar projetos de roteiros no PNA e entorno e sua divulgação baseado na experiência do visitante
4	Estudo para aprimoramento de estratégias de comunicação com os visitantes.

5. OPORTUNIDADES PARA A DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS E OFERTA DE NOVAS ATIVIDADES

A recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico são duas importantes ferramentas para o avanço no alcance aos objetivos de proteção e conservação do patrimônio

natural e social brasileiro. Uma importante estratégia institucional para captar investimentos e desenvolver a visitação nas UC é a delegação de serviços por meio das modalidades de autorização, permissão e concessão de serviços de apoio ao uso público, através das quais é possível a implementação e operação de atividades (recreativas, esportivas, educacionais, etc), o turismo ecológico, à interpretação ambiental, que representam ferramentas de apoio à conservação da natureza.

Considerando a previsão legal e o conjunto de normas institucionais que regulamentam as atividades e os serviços de apoio à visitação em unidades de conservação federais, os quadros abaixo apresentam o mapeamento de oportunidades para delegação de serviços–no Parque Nacional da Amazônia.

Quadro 10- Oportunidades para delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Amazônia

Item	Oportunidades De Serviços
1	Espaço para eventos
2	Lanchonete
3	Locação de veículos;
4	Serviços de carregadores equipamentos;
5	Condução de visitantes;
6	Vendas de fotografias;
7	Lojas de artesanatos;
8	Operação de área de camping;
9	Cobrança de estacionamento;
10	Transporte coletivo no parque
11	Torre de observação de fauna
12	Cobrança de ingressos
13	Torre na terra preta
14	Locação de bicicleta
15	Operação de atividades de visitação

Quadro 11- Oportunidades para oferta de novas atividades no Parque Nacional da Amazônia

Item	Atividades
1	Bóia cross
2	Passeio de barco
3	Canoagem
4	Rapel
5	Arvorismo
6	Tirolesa

Considerando a natureza das atividades e dos serviços apresentados e o potencial de demanda turística, propõe-se que a implantação e operacionalização destes sejam viabilizados por meio de delegações de serviço de apoio à visitação nas diversas modalidades possíveis (autorização, permissão e concessão), conforme a característica, a viabilidade econômica e as demais normas e orientações institucionais.

6. ORIENTAÇÕES PARA O MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO

Orientações e atos normativos do ICMBio dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais, prevendo que *'todas as unidades de conservação que tenham visitação com objetivos recreativos, desportivos, educacionais, culturais ou religiosos deverão estabelecer método para monitoramento do número de visitas'.* Por outro lado, estudos demonstram que os valores, o comportamento e as escolhas das pessoas são fatores mais importantes para os impactos da visitação em UC do que o simples quantitativo numérico de pessoas que adentram uma UC. Esses fatores, por sua vez, podem causar impactos biofísicos no ambiente natural, assim como nas experiências de visitação.

Desse modo, as seguintes orientações foram consideradas relevantes para a estruturação do Programa de monitoramento da visitação do Parque Nacional da Amazônia.

I. Estabelecer protocolos de monitoramento do número de visitas e da satisfação de visitantes, considerando as metodologias mais adequadas à realidade do Parque Nacional da Amazônia.

II. Avaliar minimamente os parâmetros de número de visitas, origem dos visitantes e objetivo de visitação durante o monitoramento do número de visitas, a fim de possibilitar a comparação com dados dos anos anteriores.

III. Avaliar minimamente os parâmetros de infraestrutura, atendimento dos funcionários e manutenção / sinalização do PNA no monitoramento da satisfação do visitante.

IV. Promover o engajamento do programa de voluntariado nos processos de monitoramento da visitação.

V. Estabelecer, quando necessário, o Número Balizador de Visitação (NBV) como ação de manejo complementar ao protocolo de monitoramento de impactos da visitação na Unidade de Conservação.

7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO COMPLEMENTARES AO PUP

A efetiva implementação do uso público em Unidades de Conservação depende de documentos de uso público com caráter tático ou operacional, que após aprovação, passam a compor o portfólio do plano de uso público, conforme as demandas e necessidades de gestão da Unidade de Conservação.

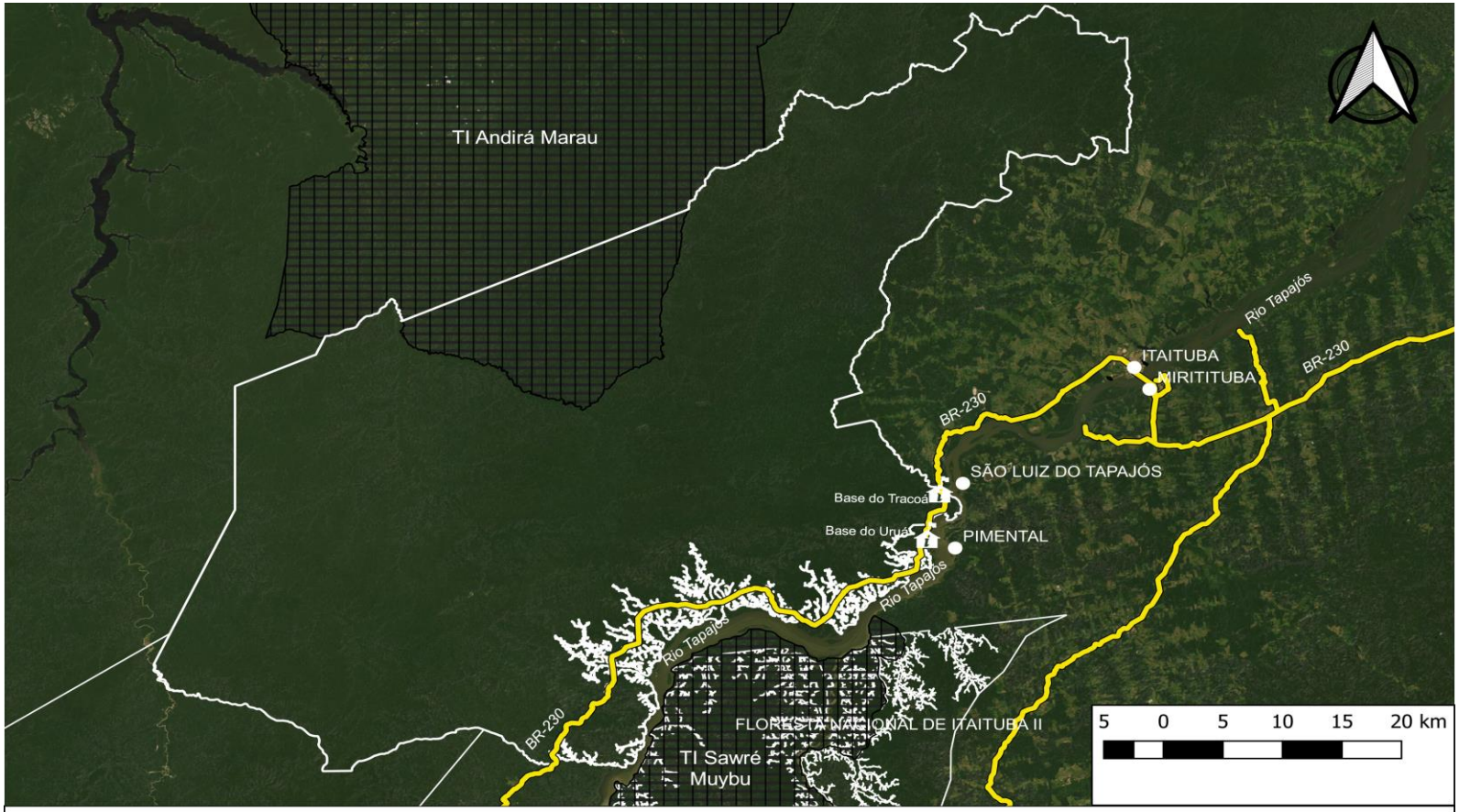
O quadro abaixo apresenta esses instrumentos complementares à gestão do uso público no Parque Nacional da Amazônia.

Quadro 12- Instrumentos complementares à implementação do uso público no Parque Nacional da Amazônia

Nº	Instrumentos de Gestão	Propostas apresentadas
1	Projetos interpretativos	Nas trilhas da gameleira, do morro da Terra Preta, do Flechal e do açaizal. Guia sobre a história do Parque e seu entorno. Guia de aves e mamíferos do PNA;
2	Projeto de Infraestrutura	Projeto de Acessibilidade para PNE na trilha Tracoá;
		Projeto de implantação de equipamentos adequados de recreação infantil;
		Projeto de readequação e manutenção do ramal do Uruá;
		Projeto de internet pública nas bases do PNA;
3	Protocolo de Gestão da Segurança	Diretrizes, estratégias, atribuições, procedimentos e condições para a gestão de segurança de atividades e serviços de visitação na Unidade.
4	Projeto de Manejo de Trilhas	Projeto de definição e implementação da trilha do Cabano, do circuito que liga as bases do PNA e da trilha que liga a Capelinha ao Cocalino;
		Projeto de criação de uma trilha exclusiva para cicloturismo;
5	Projeto de Sinalização de Trilhas	Projeto de sinalização de trilhas do PNA e infraestrutura;
6	Programa de Monitoramento da Visitação	Protocolo de monitoramento da visitação - contagem de visitas
		Protocolo de monitoramento dos impactos da visitação
7	Edital de credenciamento	Emissão de autorizações para a prestação de serviços de condução de visitantes

Outros programas, protocolos e projetos, não mencionados no quadro acima, poderão ser inclusos como Instrumentos de Gestão e integrantes do portifólio do Plano de Uso Público, mediante avaliação de necessidade e oportunidade pela equipe gestora do Parque Nacional da Amazônia.

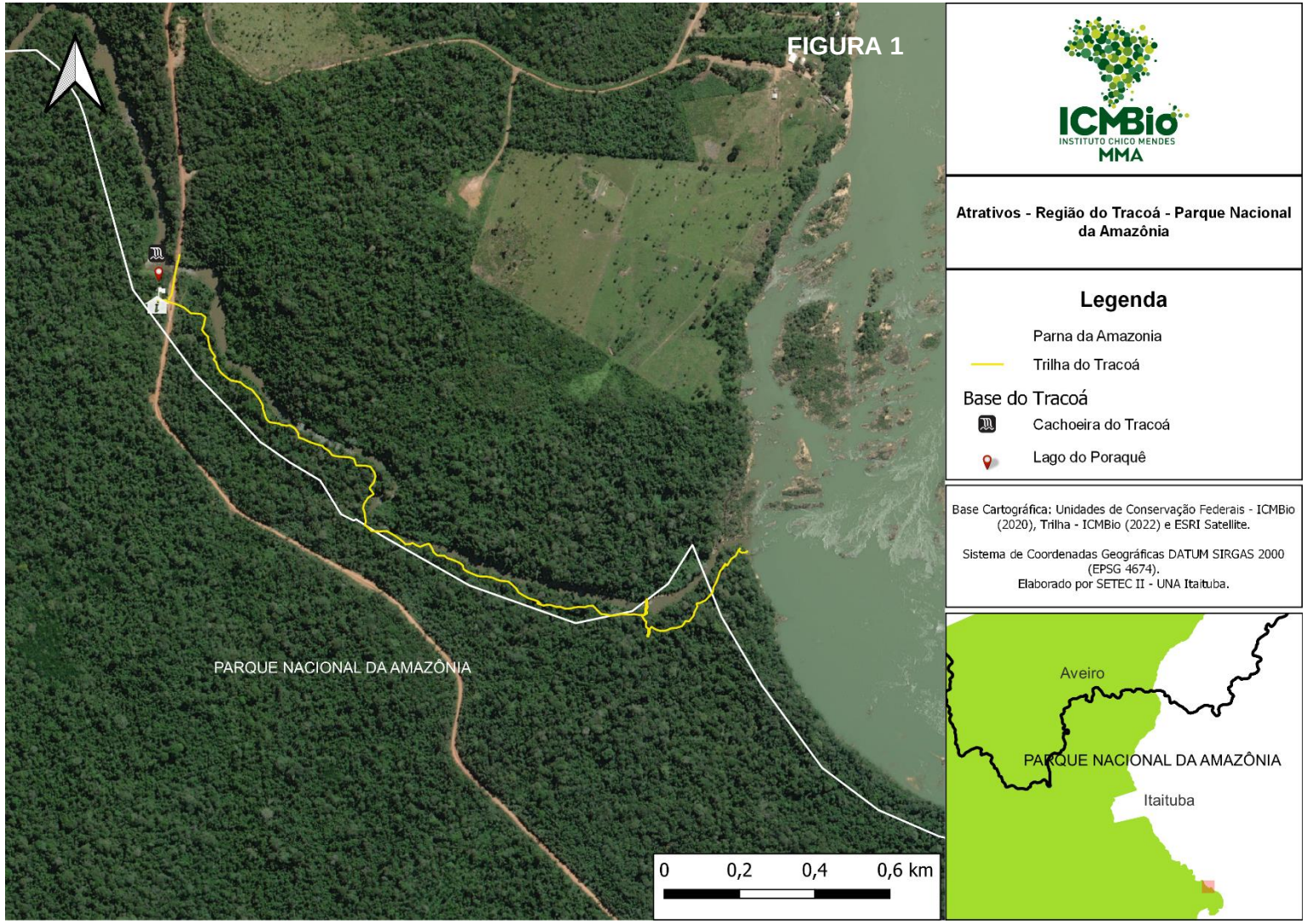
ANEXO I – MAPA GERAL DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA



Parque Nacional da Amazônia

Base Cartográfica: Unidades de Conservação Federais - ICMBio (2020), Rodovias - DNIT (2022), Localidades - IBGE (2021), ESRI Satellite.
Sistema de Coordenada Geográficas DATUM SIRGAS 2000 (EPSG 4674)
SETEC II - UNA Itaituba (2022)

ANEXO II – MAPAS DE ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA



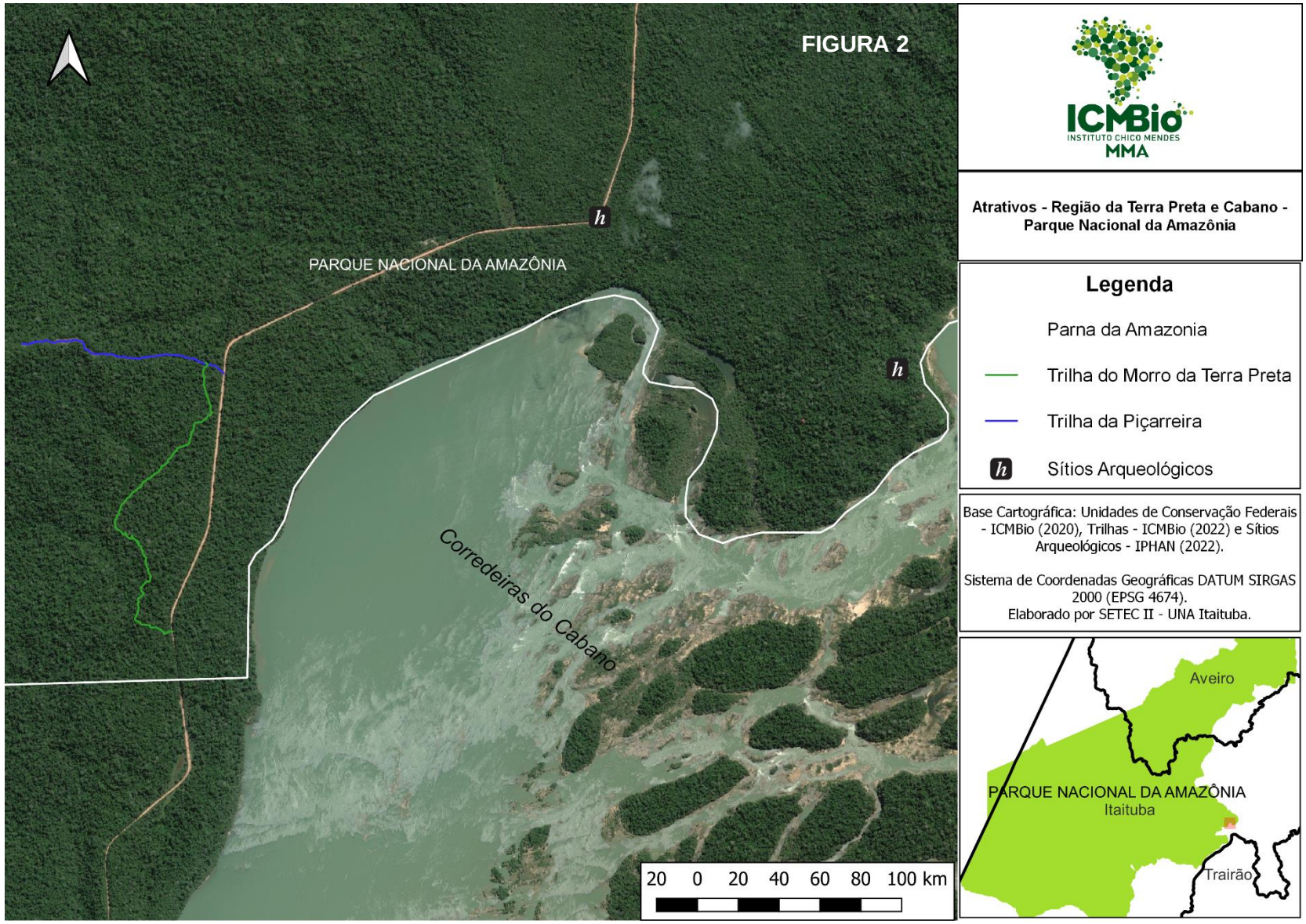


FIGURA 2
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA
Corredeiras do Cabano
20 0 20 40 60 80 100 km
ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA
Atrativos - Região da Terra Preta e Cabano - Parque Nacional da Amazônia
Legenda
Parna da Amazonia
Trilha do Morro da Terra Preta
Trilha da Piçarreira
Sítios Arqueológicos
Base Cartográfica: Unidades de Conservação Federais - ICMBio (2020), Trilhas - ICMBio (2022) e Sítios Arqueológicos - IPHAN (2022).
Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 (EPSG 4674).
Elaborado por SETEC II - UNA Itaituba.
Aveiro
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA
Itaituba
Trairão

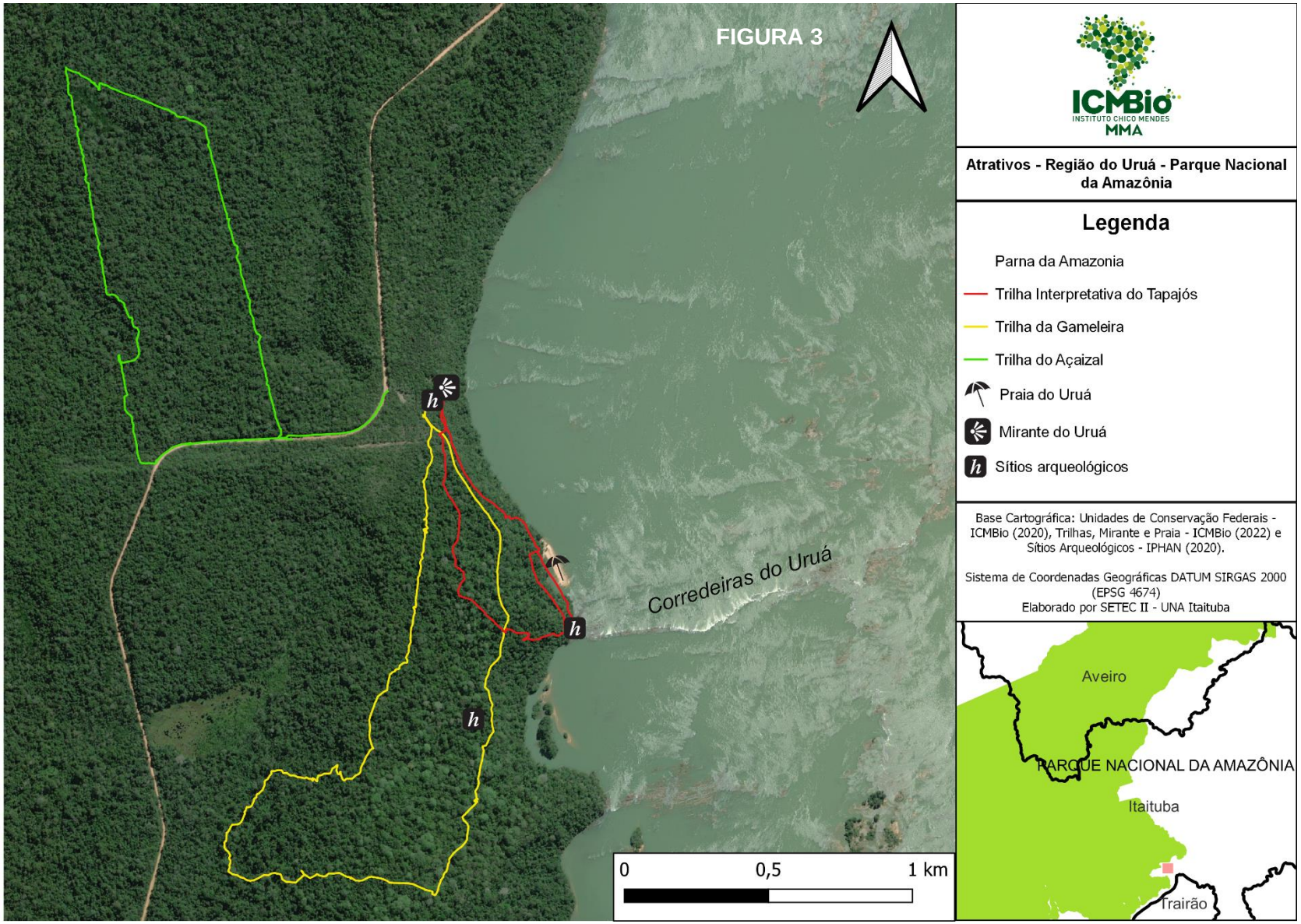


FIGURA 3
ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA
Atrativos - Região do Uruá - Parque Nacional da Amazônia
Legenda
Parna da Amazonia
Trilha Interpretativa do Tapajós
Trilha da Gameleira
Trilha do Açaizal
Praia do Uruá
Mirante do Uruá
Sítios arqueológicos
Base Cartográfica: Unidades de Conservação Federais - ICMBio (2020), Trilhas, Mirante e Praia - ICMBio (2022) e Sítios Arqueológicos - IPHAN (2020).
Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 (EPSG 4674)
Elaborado por SETEC II - UNA Itaituba
Corredeiras do Uruá
0
0,5
1 km
Aveiro
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA
Itaituba
Trairão

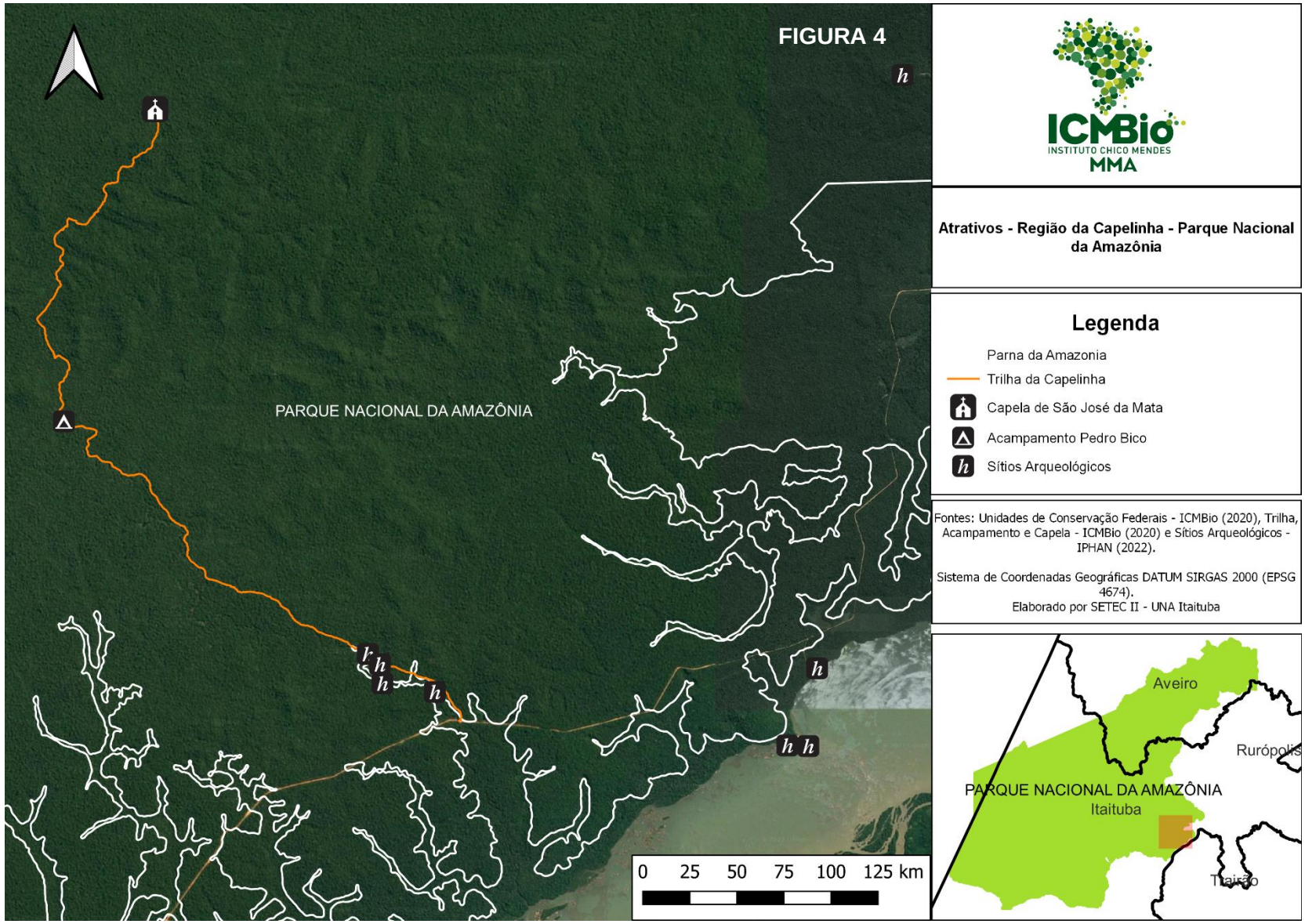
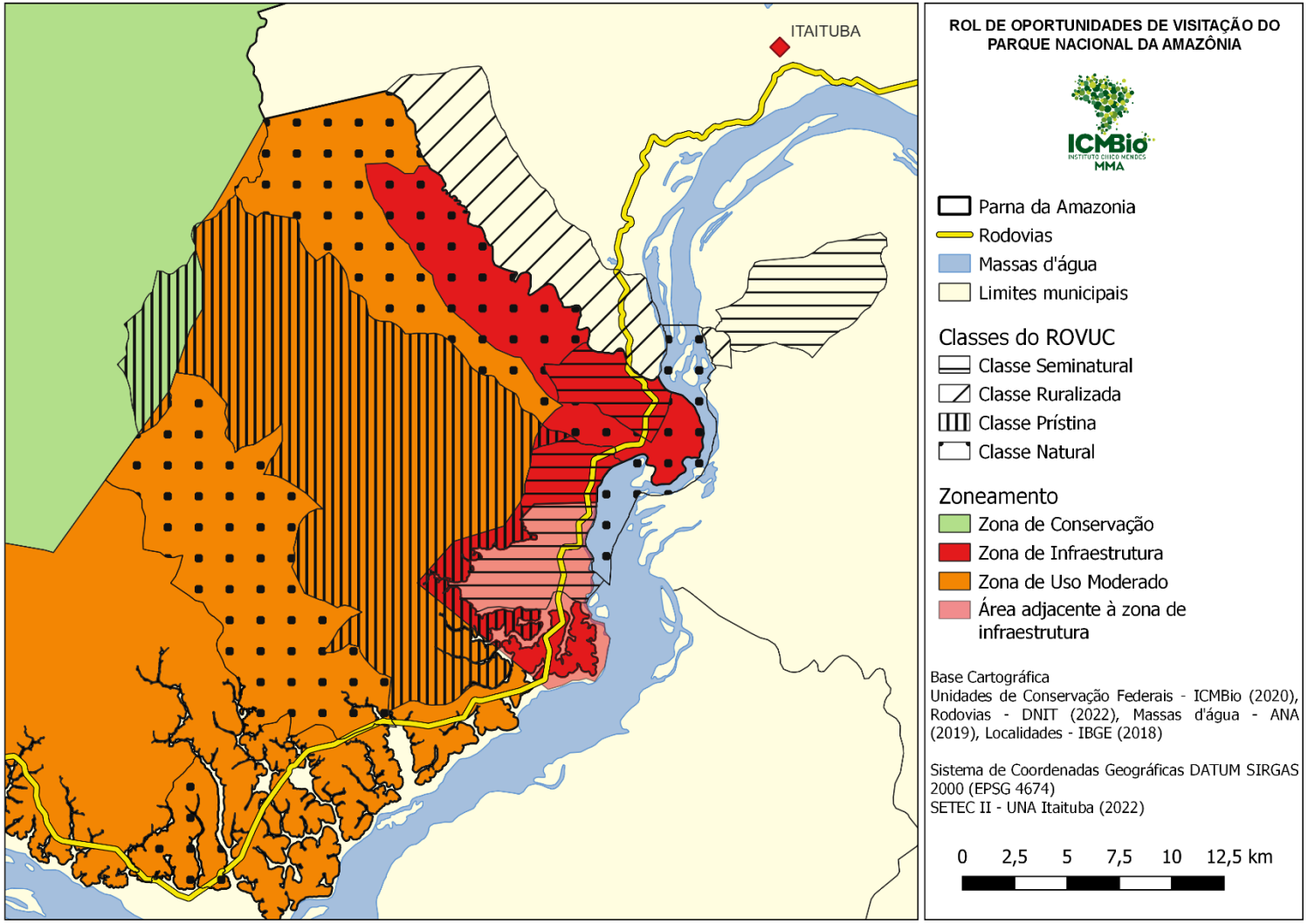


FIGURA 4
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA
0 25 50 75 100 125 km
ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA
Atrativos - Região da Capelinha - Parque Nacional da Amazônia
Legenda
Parna da Amazonia
Trilha da Capelinha
Capela de São José da Mata
Acampamento Pedro Bico
Sítios Arqueológicos
Fontes: Unidades de Conservação Federais - ICMBio (2020), Trilha, Acampamento e Capela - ICMBio (2020) e Sítios Arqueológicos - IPHAN (2022).
Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 (EPSG 4674).
Elaborado por SETEC II - UNA Itaituba
Aveiro
Rurópolis
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA
Itaituba
Trairão

ANEXO III – CLASSES DE EXPERIÊNCIAS DE VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA



Realização:

Parque
Nacional
da
AMAZÔNIA

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

WWF
KFW
Banco Mundial
gef
BNDES
BID
Margaret A. Cargill
GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION
AngloAmerican

FUNBIO
Governos Estaduais
da Amazônia Brasileira:
Acre, Amapá, Amazonas,
Mato Grosso, Rondônia,
Roraima, Pará e Tocantins
ICMBio
MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL